

**PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO ALGARVE**

**2014-2020**

**EIXO PRIORITÁRIO 4 – REFORÇAR A COMPETITIVIDADE DO TERRITÓRIO**

MAPEAMENTO DOS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS

CULTURAIS E PATRIMONIAIS



Relatório resultante dos contributos da Direção Regional de Cultura do Algarve e da Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL), elaborado com base em trabalho conjunto com a coordenação da CCDR Algarve.



DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE

## Índice

### **PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO ALGARVE - 2014-2020**

1 - Enquadramento .....	3
2 - Ponto da situação da Rede de infraestruturas culturais existentes e dos apoios comunitários (QCA III e QREN).....	3
2.1 - Caracterização da rede de infraestruturas: património classificado .....	3
2.2 - Definição da oferta existente.....	4
2.3 - Investimentos financiados nos últimos 10 anos.....	14
3 - Estratégia Regional para o período 2014-2020 .....	15
4 - Necessidades de intervenção para dar resposta à estratégia definida .....	17
5 - Critérios de definição de prioridades por grandes áreas .....	21
5.1 - Metodologia .....	21
5.2. Apoios à Ação Cultural .....	23
6 - Definição de Prioridades de intervenção.....	23
6.1 - Definição de prioridades no âmbito dos bens culturais imóveis classificados ou em vias de classificação de âmbito nacional .....	24
6.2 - Definição de prioridades para outras intervenções estratégicas .....	25
7 - Conclusão .....	26

## **1- Enquadramento**

O Acordo de Parceria e os Programas Operacionais do Portugal 2020 estabelecem que os apoios a infraestruturas de I&I (OT1), Infraestruturas empresariais (OT3), equipamentos sociais, incluindo de saúde (OT9), infraestruturas escolares (OT10) e as infraestruturas culturais (OT6), estão condicionados ao mapeamento das necessidades de intervenção, a apresentar à Comissão Europeia.

Este exercício de mapeamento das infraestruturas passíveis de enquadramento nos acordos de parceria foi realizado com articulação da CCDR Algarve, após consulta ao setor (em relação ao diagnóstico, caracterização e avaliação da oferta existente) e consulta à Comunidade Intermunicipal (em relação à identificação de necessidades e validação dos diagnósticos setoriais). A CCDR procurou enquadrar as duas dimensões, consensualizando um racional de definição de prioridades que permitem (em função da natureza das intervenções elegíveis nos termos dos PO CRESC ALGARVE), assegurar o adequado financiamento, garantindo que se mantem a coerência de intervenção estratégica assumida no Programa Operacional Regional.

## **2 - Ponto da situação da Rede de infraestruturas culturais existentes e dos apoios comunitários (QCA III e QREN)**

### ***2.1 - Caracterização da rede de infraestruturas: património classificado<sup>1</sup>***

O Algarve possui, à presente data, um total de 161 imóveis classificados (**128 de âmbito Nacional**), dos quais 75 com a categoria de **Imóvel de Interesse Público** (IIP), 26 com a categoria de **Monumento Nacional** (MN), 22 com a categoria de **Monumento de Interesse Público** (MIP), 2 com a categoria de **Conjunto de Interesse Público** (CIP) e 3 com a categoria de **Sítio de Interesse Público** (SIP). Há, ainda, 33 imóveis classificados de **Interesse Municipal** (IM).

Para além deste universo de graduações de interesse patrimonial, correm também os trâmites de classificação de **15 imóveis em vias de classificação para Interesse Público** e de **11 imóveis em vias de classificação para Interesse Municipal**.

---

<sup>1</sup> **Nota importante:** Este documento traduz-se numa caracterização parcial das infraestruturas culturais do Algarve, dado que apenas considera o património classificado e os equipamentos identificados pelos municípios para este processo. Chama-se a atenção para o facto de não existir uma base de dados atualizada dos equipamentos culturais na região na medida em que não tem existido meios para o seu desenvolvimento, pois requer interação com vários organismos e diferentes níveis de administração. Será um trabalho que se considera urgente e necessário e que poderá acontecer em fase posterior.

Pelo que, feito o cômputo geral, a região possui, com referência ao final de 2014, um total de **187 bens culturais imóveis protegidos** com a respetiva servidão administrativa de proteção.

## **2.2. – Definição da oferta existente**

A caracterização e definição das características da oferta existente, obriga no caso das Infraestruturas Culturais a recolher informação das diferentes entidades com responsabilidade na sua gestão ou dinamização (repartida fundamentalmente pela administração central e municipal). Esta tarefa foi assumida pela Direção Regional de Cultura do Algarve (DRC Algarve), que remeteu a todos os municípios do Algarve, um inquérito sobre as características das infraestruturas e dos equipamentos e respetivas preferências de intervenção, para posterior sistematização de prioridades. Só Lagoa não respondeu.

Do inquérito consta a seguinte organização:

- **Levantamento**, que inclui a identificação das infraestruturas culturais e de património classificado, bem como aqueles que nos últimos 10 anos beneficiaram do investimento de Fundos Comunitários.
- **Necessidades**, que identificam as necessidades em infraestruturas, em equipamentos e em serviços; são também apontadas as necessidades imateriais de relevância regional que se identificaram como as associadas ao Património Cultural Imaterial, nos termos do Dec. Lei n.º139/2009 de 15 de Junho.
- **Objetivos**, que incluem as tipologias de intervenção, a hierarquização de prioridades e a previsão de custos associada, quando existente.

**Quadro 1. Levantamento das Infraestruturas culturais e de património propostas por Concelho**

Concelho	Tipo	Infraestruturas classificadas por nível de classificação	N.º de visitantes		
			2012	2013	2014
DRC Algarve	1.1 Culturais	não se aplica			
	1.2 Patrimoniais com classificação	Castelo de Aljezur (IIP)	S/ controlo de ingresso		
		Fortaleza de Sagres (MN)	255160	276052	287131
		Ermida de N.S. de Guadalupe (MN)	5759	6364	7135
		Monumentos de Alcalar (MN)	5209	6065	7062
		Villa Romana da Abicada (MN)	S/ controlo de ingresso		
		Castelo de Paderne (IIP)	S/ controlo de ingresso		
		Castelo de Loulé (MN)	15706	20076	24773
		Villa Romana de Milreu (MN)	12635	12666	15132
Albufeira	1.1 Culturais	Audatório Municipal de Albufeira	10810	8490	8630
		Biblioteca Municipal Lídia Jorge	23680	23753	16575
		Galeria de Arte Pintor Samora Barros	14320	14410	13865
		Galeria Municipal de Albufeira	2353	2225	1683
		Museu Municipal de Arqueologia	5730	6430	6077
		Sítio Arqueológico de Santa Eulália	s/ dados	s/ dados	s/ dados
	1.2 Patrimoniais com classificação	Castelo de Paderne (IIP)	s/ dados	s/ dados	400
		Igreja Matriz de Paderne (IIP)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Conjunto do Hospital, Albergaria e Igreja da Misericórdia (IM)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
Alcoutim	1.1 Culturais	Núcleos Museológicos (Santa Justa e Vaqueiros)	375	125	125
		Museu do Rio	2174	1458	1115
		Arquivo Histórico e Documental	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Biblioteca Municipal	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Unidades Etnográficas (Moinhos da Pateira e de Corte da Seda, Escolas Primárias)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Núcleo Cultural de Martim Longo	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Igreja Matriz de Alcoutim	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Igreja Matriz do Pereiro	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Igreja Matriz de Giões	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Menires do Lavajo (sem classificação)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Castelinho dos Mouros (sem classificação)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		1.2 Patrimoniais com classificação	Castelo Velho de Alcoutim (IIP)	s/ dados	s/ dados
	Ermida de N.ª Senhora da Conceição (IIP)		s/ dados	s/ dados	s/ dados
	Villa Romana do Montinho das Laranjeiras (SIP)		s/ dados	s/ dados	s/ dados
	Barragem Romana do Álamo (IIP)		s/ dados	s/ dados	s/ dados
	Castelo Calcolítico de Santa Justa (IIP)		s/ dados	s/ dados	s/ dados
	Igreja Matriz de Martim Longo (IIP)		s/ dados	s/ dados	s/ dados
	Castelo de Alcoutim (IIP)		10578	10925	12115

Concelho	Tipo	Infraestruturas classificadas por nível de classificação	N.º de visitantes		
			2012	2013	2014
Aljezur	1.1 Culturais	Museu Municipal	1441	2879	30200
		Casa José Cercas	1186	1039	1110
		Adega Museu	359	365	429
		Museu do Mar e da Terra Carrapateira	1578	2297	2350
		Espaço+	1100	1125	1240
		Igreja Nossa Senhora D'Alva	710	986	1100
		Igreja da Bordeira	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Moinho de Odeceixe	3083	4675	4900
	1.2 Patrimoniais com classificação	Castelo de Aljezur (IIP)	S/ controlo de ingresso		
	Ribat da Arrifana (MN)	s/ dados	s/ dados	s/ dados	
Castro Marim	1.1 Culturais	Biblioteca Municipal de Castro Marim	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Centro Multiusos do Azinhal	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Casa do Sal	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Casa da Música	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Núcleo Museológico do Castelo	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Revelim de Santo António	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Anfiteatro ao Ar Livre do Revelim de Santo António - <i>Integrado no complexo Revelim de Santo António</i>	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Centro de Interpretação do território (CIT) - <i>Integrado no complexo Revelim de Santo António</i>	1010	2155	1316
		Igreja do Castelo de Castro Marim	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Sala polivalente do Campesino Recreativo Futebol Clube	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Igreja Matriz de Castro Marim / ou Igreja de Nossa Senhora dos Mártires	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Igreja de Nossa Senhora da Visitação	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Ermida de Santo António	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Igreja de São Sebastião	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Sala Polivalente do Clube Recreativo Alturense	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Moinho das Pernadas	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Casa de Odeleite	140 (Mês12)	2488	3920
		1.2 Patrimoniais com classificação	Castelo de Castro Marim (MN)	37775	29707
	Castelo de Castro Marim (MN) - Dias Medievais		27000	28000	29000
	Forte de São Sebastião (MN)		s/ dados	s/ dados	s/ dados
	Revelim de Santo António (estrutura militar) (MN)		s/ dados	s/ dados	s/ dados

Concelho	Tipo	Infraestruturas classificadas por nível de classificação	N.º de visitantes		
			2012	2013	2014
Faro	1.1 Culturais	Teatro das Figuras	40671	22287	37172
		Teatro Lethes		5881	7262
		Biblioteca Municipal de Faro	50000	40000	35000
		Galeria trem	20000	18000	17000
		Museu regional	12000	12000	15000
		Cinema Ossónoba	5000	3000	3000
		CAPA - Centro de Artes Performativas do Algarve	1100 Aprox.	a)	a)
		Conservatório Regional do Algarve	5000	5000	3500 Aprox.
		Auditório do IPJ	3500	4000	4000
		Universidade do Algarve	6500	7000	7000
		Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve	4000	3000	5000
	1.2 Patrimoniais com classificação <sup>2</sup>	Antigo Cemitério Judaico (IIP)	2000	25000	20000
		Arco da Vila (MN)	40000	45000	35000
		Café Aliança (MIP)	3500	3500	4000
		Castelo / Fábrica da Cerveja (IIP)	2000	2000	2500
		Conjunto da Casa Nobre, Capela e Antigas dependências agrícolas da Horta do Ourives (CIP)	4000	4000	4000
		Convento Nossa Senhora da Assunção / Museu Municipal de Faro (MN)	20553	26222	19172
		Edifício Setecentista / Seguros Fidelidade (IIP)	2000	2500	2000
		Ermida de São Sebastião (MIP)	1500	1500	2000
		Igreja e Convento de Santo António dos Capuchos (MIP)	1000	1000	1000
		Igreja da Ordem Terceira de São Francisco (MIP)	2500	3000	3200
		Igreja e Hospital da Misericórdia (MIP)	8000	8500	8000
		Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (MIP)	5000	4000	4000
		Igreja Matriz de São Pedro (MIP)	10000	15000	14000
		Muralha Seiscentista de Faro (IIP)	3500	3000	4000
		Palacete Doglioni / Palácio Cumano (IIP)	1000	1000	1000
		Palácio Belmarço (MIP)	500	600	550
		Palácio Bívar (IIP)	1500	1000	1000
		Palácio de Estoi e Jardins (IIP)	10000	15000	12000
		Palácio Fialho / Colégio de N.ª Sr.ª do alto (MIP)	2000	2000	2000
		Sé Catedral (IIP)	30000	35000	36000
		Solar dos Gárfias (IIP)	2000	2000	2000
		Solar dos Pantojas (MIP)	1500	1000	1000
Torres Bizantinas (IIP)	5000	6000	5500		

<sup>2</sup> Esta listagem não é exaustiva.

Concelho	Tipo	Infraestruturas classificadas por nível de classificação	N.º de visitantes		
			2012	2013	2014
Lagos	1.1 Culturais	Centro Cultural de Lagos	20291	20918	18772
	1.2 Patrimoniais com classificação	Igreja de Santo António / Museu Municipal Dr. José Formosinho (MN)	62341	59726*	42366*
		Igreja de São Sebastião / antiga Igreja de N. Senhora da Conceição (MN)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Muralhas e torreões de Lagos (MN)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Forte Ponta da Bandeira (ou Forte de N. Senhora da Penha de França ou Forte do Pau da Bandeira ou Forte do Registo) (IIP)	14592	17107	15726
		Mercado de Escravos (MIP)	23513	22935	Encerrado
		Forte da Meia Praia (MIP)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Igreja Paroquial de Odiáxere / Igreja de N. Senhora da Conceição (IIP)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Castelo da Senhora da Luz / Fortaleza de Nossa Senhora da Luz (IIP)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Estação Arqueológica Romana da Praia da Luz (IIP)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Igreja Paroquial da Luz de Lagos / Igreja de Nossa Senhora da Luz (IIP)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Estação Arqueológica do Monte Molião (IIP)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Armazém do Espingardeiro (IM)	Encerrado	Encerrado	729
		Loulé	1.1 Culturais	Cineteatro Louletano	10902
Centro de Experimentação e Criação Artística	1726			1852	3575
Galeria do Convento do Espírito Santo	9546			8652	8111 a)
Galeria Praça do Mar	6072			6113	8804
Pólo Museológico Cândido Guerreiro e Condes de Alte	12924			16951	14190
Pólo Museológico de Salir	6599			9694	9348
Pólo Museológico da Água de Querença	0			8563	8336
Pólo Museológico dos Frutos Secos	1826			0	7375
Pólo Museológico Cozinha Tradicional	18102			17898	18029
Biblioteca Municipal de Loulé e Polos de Salir e Quarteira	Utilizadores da Biblioteca Municipal de Loulé (com cartão de leitor) – 12.958				
Arquivo Municipal de Loulé	Utentes externos: 50 / utentes internos: 219			Utentes externos: 26 / utentes internos: 163	Utentes externos: 21 / utentes internos: 251
1.2 Patrimoniais com classificação	Museu Municipal de Loulé/ Castelo (MN)		15706	20076	24773
	Ermida de Nossa Senhora da Conceição (IIP)		54221	55625	61015
	Convento de Santo António (em vias de classificação – MIP)		4281	4002	7060
	Igreja Matriz de São Clemente (MN)		s/ dados	s/ dados	s/ dados
	Igreja da Misericórdia (portal e cruzeiro) (MN)   Núcleo Arte Sacra		s/ dados	432 (a partir de setembro)	1566
	Café Calcinha (MIM)		s/dados	s/dados	s/dados



Concelho	Tipo	Infraestruturas classificadas por nível de classificação	N.º de visitantes		
			2012	2013	2014
Loulé (Cont.)	1.2 Patrimoniais com classificação	Igreja de São Lourenço de Almancil (IIP)	s/dados	s/dados	s/dados
		Vila romana do Cerro da Vila (IIP)	s/dados	s/dados	s/dados
		Igreja de Nossa Senhora da Assunção, Matriz de Alte (MIP)	s/dados	s/dados	s/dados
		Restos da Igreja da Graça (MN)	s/dados	s/dados	s/dados
		Casa da 1.ª Infância (MIM)	n/a	n/a	n/a
		Ponte da Tôr (MIM)	n/a	n/a	n/a
		Palácio Gama Lobos(em vias de classificação MIM)	n/a	n/a	n/a
		Solar da Música Nova (em vias de classificação MIM)	n/a	n/a	n/a
Monchique	1.1 Culturais	Auditório da Escola E.B. 2,3 Manuel do Nascimento	sem registos	sem registos	sem registos
		Museu de Arte Sacra de Alferce	sem registos	sem registos	sem registos
		Museu de Arte Sacra de Monchique	sem registos	sem registos	sem registos
		Galeria de St. António	sem registos	sem registos	sem registos
		Biblioteca Municipal António da Silva Carriço			
		Moinho do Poucochinho	sem registos	sem registos	sem registos
		Loja do Mel e do Medronho	sem registos	sem registos	sem registos
		Capela de Santa Teresa – Caldas de Monchique	sem registos	sem registos	sem registos
		Capela do Pé da Cruz	sem registos	sem registos	sem registos
		Ermida de S. Sebastião	sem registos	sem registos	sem registos
		Ermida de S. António – Marmelete	sem registos	sem registos	sem registos
		Igreja da Misericórdia	sem registos	sem registos	sem registos
		Igreja Matriz de S. Romão – Alferce	sem registos	sem registos	sem registos
		Igreja Matriz de Marmelete	sem registos	sem registos	sem registos
	Igreja do Senhor dos Passos	sem registos	sem registos	sem registos	
	1.2 Patrimoniais com classificação	Igreja Matriz de Monchique (IIP)	sem registos	sem registos	sem registos
		Cerro do Castelo do Alferce (SIP)	sem registos	sem registos	sem registos
		Convento da Nossa Sra. Do Desterro (em vias de classificação – MIM)	sem registos	sem registos	sem registos
	Olhão	1.1 Culturais	Museu Municipal	2822	2921
Casa da Juventude			8259	8359	4258
Auditório Municipal de Olhão			12500	13500	16526
Biblioteca Municipal			61244	51032	49090
1.2 Patrimoniais com classificação		Ponte velha de Quelfes (IIP)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Igreja de São Bartolomeu, matriz de Pechão (MIP)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Igreja Nossa Senhora do Rosário, matriz de Olhão, e Capela de Nosso Senhor dos Aflitos (MIP)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Igreja de Nossa Senhora da Soledade, também denominada Igreja Pequena (MIP)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Atalaia quinhentista de Bias, também designada Torre de Bias (MIP)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Mercado Municipal de Olhão (MIP)	s/ dados	s/ dados	s/ dados

Concelho	Tipo	Infraestruturas classificadas por nível de classificação	N.º de visitantes		
			2012	2013	2014
São Brás de Alportel	1.1 Culturais	Galeria Municipal	2667	2896	3697
		Centro Museológico do Alportel	s/ dados	s/ dados	770
		Museu do Trajo	6583	7920	4979
		Cine Teatro São Brás	n/ disponível	n/ disponível	5435
		Biblioteca Municipal	22742	25131	28841
		Centro de Artes e Ofícios	140	1728	1686
	1.2 Patrimoniais com classificação	Calçadinha (SIP)	1553	2511	656
Silves	1.1 Culturais	Museu Municipal de Arqueologia	20852	24350	21841
		Museu do Traje e das Tradições	803	925	887
		Teatro Mascarenhas Gregório	1024	1830	2055
		Casa da Cultura Islâmica e Mediterrânica	4617	1397	1785
		Biblioteca Municipal de Silves	30512	36744	28162
		Auditório do Centro Pastoral de Pera	s/ dados	s/ dados	s/ dados
	1.2 Patrimoniais com classificação	Castelo de Silves - MN	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Muralhas da Almedina - MN	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Cruz de Portugal - MN	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Poço Cisterna Almóada - MN	20852	24350	21841
		Sé de Silves - MN	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Igreja da Misericórdia de Silves - MIP	15410	14918	24763
		Castelo de Alcantarilha - MIP	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Ermida da Nossa Senhora do Pilar - MIP	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Igreja Matriz do Algoz - MIP	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Igreja Paroquial de Alcantarilha - MIP	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Fortaleza de Armação de Pera / Ermida de S. António - MIP	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Igreja Matriz de S. B. de Messines - MIP	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Ermida de S. Francisco de Pera - MIP	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Pelourinho de Silves - MIP	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Ermida da Nossa Senhora dos Mártires Silves - MIP	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Ponte Velha de Silves - MIP	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Quinta da Cruz - MIP	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Menir dos Gregórios - MIP	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Estação Arqueológica da Villa Fria - MIP	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Ermida de S. Pedro Silves - MIM	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Edifício das Casas Grandes - MIM	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Fábrica do Inglês - MIM	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Teatro Mascarenhas Gregório - MIM	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Palacete dos Viscondes de Lagoa - MIM	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Casa Figueira Santos - MIM	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Moinho da Horta do Rodete - MIM	s/ dados	s/ dados	s/ dados

Concelho	Tipo	Infraestruturas classificadas por nível de classificação	N.º de visitantes		
			2012	2013	2014
Silves (Cont.)	1.2 Patrimoniais com classificação	Casa Família Vasconcelos - MIM	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Casa de Lavoura dos Viscondes de Lagoa - MIM	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Antigo Colégio de Silves - MIM	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Casa Quinhentista Largo Jerónimo Osório - MIM	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Capela do Cemitério de S. B. de Messines - MIM	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Casa Natal João de Deus - MIM	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Casa Museu João de Deus - MIM	2947	2952	2433
		Casa da Poetisa Júdice Barbosa - MIM	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Casa do Remexido - MIM	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Casa da Coroa - MIM	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Chalé Caldas e Vasconcelos - MIM	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Casa com Chaminé - MIM	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Anta da Pedreirinha - MIM	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Penedo de Vale Fuzeiros - MIM	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Necrópole do Falacho - MIM	s/ dados	s/ dados	s/ dados
Tavira	1.1 Culturais	Biblioteca Municipal Álvaro de Campos	s/ dados	s/ dados	61.387
		Arquivo Municipal	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Casa André Pilarte - Galeria de exposições	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Torre de Tavira - Câmara Obscura	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Cineteatro António Pinheiro	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Coreto	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Espaço da Corredoura - Rua Dom Marcelino Franco	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Edifício na Rua Dom Marcelino Franco, 22 - 1º (ao lado do cineteatro)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Igreja do Carmo	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Igreja da Misericórdia	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Centro Ciência Viva	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Mercado da Ribeira	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Praça da República	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Clube de Tavira	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Casa das Artes de Tavira	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Casa do Povo de Santo Estevão	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Casa do Povo da Conceição de Tavira	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Casa do Povo de Santa Catarina da Fonte do Bispo	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Sociedade Recreativa Musical Luzense	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Ermida de São Roque	s/ dados	s/ dados	s/ dados
Museu Municipal:	28.076	26.423	41.627		
Palácio da Galeria	s/ dados	s/ dados	s/ dados		
Núcleo Islâmico	s/ dados	s/ dados	s/ dados		

Concelho	Tipo	Infraestruturas classificadas por nível de classificação	N.º de visitantes		
			2012	2013	2014
Tavira	1.1 Culturais	Sítio Arqueológico Fenício	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Ermida de Santa Ana	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Ermida de São Sebastião	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Centro Interpretativo do Abastecimento de Água a Tavira	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Núcleo Museológico da Pesca do Atum (Antigo Arraial Ferreira Neto)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Núcleo Arqueológico do Bairro Almóada da Pousada do Convento de Nossa Senhora da Graça	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Núcleo museológico da Cooperativa Agrícola de Santa catarina da Fonte do Bispo	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Núcleo Museológico de Cachopo	s/ dados	s/ dados	s/ dados
	1.2 Patrimoniais com classificação	Muralhas e Castelo de Tavira (MN)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Igreja de Santa Maria (MN)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Igreja da Misericórdia (MIP)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Igreja de Nossa Senhora da Luz (MIP)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Forte do Rato (MIP)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Forte de São João (MIP) - particulares	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Ponte antiga sobre o Gilão (IIP)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Arraial Ferreira Neto (MIP)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Estação Arqueológica Romana da Luz de Tavira (MIP)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Convento de Nossa Senhora da Graça (MIP)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo (MIP)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Igreja de Nossa Senhora das Ondas e Edifício do antigo Compromisso Marítimo (MIP)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Ermida de Nossa Senhora da Consolação (MIP)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Palácio da Galeria (MIP)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Igreja de São José do Hospital ou do Espírito Santo (MIP)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Quartel da Atalaia (MIP)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Ermida de São Sebastião (MIM)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Ermida de Nossa Senhora das Angústias ou do Calvário (MIM)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Igreja de Santa Ana (MIM)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Casa André Pilarte (MIM)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Edifícios designados "Casas Raul Lino" (MIM)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Edifício na Rua Dr. Miguel Bombarda, 47,49 e 51 (MIM)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Antigo Mercado da Ribeira (evc <sup>3</sup> - IM)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Edifício Irene Rolo (evc)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Igreja e Ruínas do Convento S. Francisco <sup>4</sup>	s/ dados	s/ dados	s/ dados
Capela de Nossa Senhora da Piedade (evc - IM)	s/ dados	s/ dados	s/ dados		

<sup>3</sup> EVC (em vias de classificação)

<sup>4</sup> O procedimento de classificação não foi comunicado à administração do património cultural competente e não consta do Sistema de Informação.

Concelho	Tipo	Infraestruturas classificadas por nível de classificação	N.º de visitantes		
			2012	2013	2014
Vila do Bispo	1.1 Culturais	Centro de Interpretação de Vila do Bispo	501	625	1944
	1.2 Patrimoniais com classificação	Forte de Burgau	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Forte de São Luís de Almádena	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Ruínas Lusitano-Romanas da Boca do Rio	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Ermida de Nossa Senhora de Guadalupe	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Igreja de N. S. da Conceição, matriz de Vila do Bispo	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Conjunto de Menires de Vila do Bispo (evc – CIP)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Fortaleza de Sagres	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Forte de Sto. António do Beliche	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Farol do Cabo de São Vicente	s/ dados	s/ dados	s/ dados
VRSA	1.1 Culturais	Centro Cultural António Aleixo - Interesse Público	29,494	29,417	25,832 #3
		Arquivo Histórico Municipal António Rosa Mendes - Interesse Público	3557	3694 #1	5858
		Sala de cinema do Glória Futebol Clube	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Centro de Investigação e Informação do Património de Cacela	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Biblioteca Municipal Vicente Campinas	96611	85824	85269
		Centro de Informação da Casa do Pároco, Cacela Velha	s/ dados	s/ dados	2050 #2
	1.2 Patrimoniais com classificação	Cacela Velha (conjunto) (IIP)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Construções Pombalinas de Vila Real de Santo António / Núcleo Histórico Pombalino (CIP)	s/ dados	s/ dados	s/ dados
		Hotel Guadiana (IM)	s/ dados	s/ dados	s/ dados

**FONTE:** DRC Algarve; Câmaras Municipais (2015)

#1 - Não existem dados para os meses de Julho a Setembro

#2 - Desde a abertura, em Agosto de 2014.

#3 - Em 2014 o número de atividades foi substancialmente inferior em virtude do CCAA ter estado em obras de recuperação e reabilitação durante vários meses. O nº de visitantes não corresponde ao nº total efetivo na medida em que à exceção do presépio giga.

Da informação sistematizada verifica-se que:

- um número elevado destes equipamentos, e do património referido, não possui dados sobre os seus visitantes, nem forma de controlo dessa informação;
- não foram definidas pela maioria dos municípios as prioridades de intervenção, mas apenas as necessidades;
- um número substancial das intervenções referidas diz respeito apenas a intervenção de manutenção (despesa não elegível de forma direta no contexto do POR), modernização de equipamentos e a propostas de valorização (com criação de novas valências e funcionalidades) e algumas propostas de novas infraestruturas (com graus de maturidade muito diferenciados);
- É relevante sinalizar, que no mapeamento efetuado pelos municípios, surgem algumas referências a património imaterial e a projetos em rede, que não envolvendo infraestruturas (logo não sujeitas a este exercício de

mapeamento), vêm no entanto ao encontro das intervenções integradas e supra territoriais que a estratégia Regional e do POR reforçam como estruturantes.

A inexistência de hierarquização ao nível dos equipamentos culturais em termos de classificação dificulta de alguma forma a definição de prioridades.

### **2.3 - Investimentos financiados nos últimos 10 anos.**

Tendo em conta as condicionantes impostas ao apoio a infraestruturas alvo de financiamento recente, foi solicitado a identificação dos equipamentos que tiveram apoio recente de financiamento comunitário.

Concelho	Nome do estabelecimento	Tipo	Ano início	Ano fim	Valor total elegível	Fundo Comunitário
Albufeira	Instituto Português do Património Arquitetónico	Recuperação do Castelo de Paderne - 2ª fase	2006	2008	289.312,81	216.984,61
		Recuperação do Castelo de Paderne	2002	2006	739.712,95	554.784,71
Alcoutim	Município Alcoutim	Recuperação e Valorização da Vila Romana do Montinho das Laranjeiras - 1ª fase	2003	2006	159.584,00	119.688,00
Aljezur	Instituto Português do Património Arquitetónico	Recuperação do Castelo de Aljezur	2005	2008	351.538,47	263.653,85
S. Brás de Alportel, Faro, Loulé, Olhão e Tavira	Câmara Municipal de São Brás de Alportel	Museus em Rede	2009	2014	761.245,06	658.105,16
Faro	Instituto Português do Património Arquitetónico	Conservação e Restauro da Igreja de S. Francisco em Faro	2003	2008	348.105,45	261.079,07
	Município Faro	Recuperação e Reabilitação do Solar do Capitão Mor - Horta de Ourives	2004	2007	551.794,44	413.845,83
	CCDR Algarve	Reabilitação do Palacete <i>Dogliani</i>	2001	2007	1.605.874,77	1.204.406,07
	Município de Faro	Dinamização dos Equipamentos Culturais em Faro	2015	2015	554.628,61	467.556,01
Loulé	Município de Loulé	Cinetatro Louletano	2008	2010	1.314.473,33	1.081.500,00
Tavira	Município de Tavira	Restauro da Igreja de Santana para Fins Culturais	1999	2007	542.011,64	406.508,72
		Núcleo Museológico da Água e Requalificação da Envolvente	2008	2010	376.680,56	313.386,00
		Núcleo Museológico Islâmico, Posto de Turismo e Galeria	2010	2012	1.619.411,50	698.524,37
		Recuperação da Igreja da Nossa Senhora das Ondas, PRU Tavira	2009	2014	377.160,82	376.936,42
		Requalificação do Cine Teatro António Pinheiro, Tavira	2013	2013	88.683,00	88.680,00
		Restauro Coro Alto e Arco Capela Mor Igreja das Ondas, Tavira	2014	2014	77.376,13	77.360,00
		Reabilitação Troço Muralha, Rua dos Pelames, Tavira	2014	2015	42.400,00	42.400,00
		Reabilitação do Edifício contíguo à Igreja das Ondas, Tavira	2014	2015	270.300,00	75.620,00
		Reabilitação de uma Sala do Palácio da Galeria, Tavira	2014	2015	70.700,63	70.700,63
Obras de Conservação na Ermida de S. Roque, Tavira	2014	2015	245.452,44	228.040,00		

Concelho	Nome do estabelecimento	Tipo	Ano início	Ano fim	Valor total elegível	Fundo Comunitário
Tavira	Santa Casa da Misericórdia de Tavira	Igreja da Misericórdia, Equipamento, PRU Tavira	2010	2010	6.218,70	5.182,00
		Recuperação da Igreja da Misericórdia, Restauros Diversos, PRU Tavira	2010	2011	64.971,13	58.003,00
Castro Marim	Município Castro Marim	Recuperação/Consolidação das muralhas e baluarte Forte de S. Sebastião - 2ª fase	2005	2007	311.820,00	233.865,00
		Recuperação e Consolidação de Troço de Muralha de Castro Marim	2014	2014	163.768,86	163.760,00
Portimão	Município Portimão	Recuperação do Edifício da Igreja do Colégio	2002	2005	244.232,74	183.174,56
Vila do Bispo	Direção Regional de Cultura do Algarve	Promontório de Sagres, Requalificação e Valorização	2009	2014	3.180.429,98	2.926.918,30
		Promontório de Sagres, 2.ª fase	2014	2015	4.195.796,41	4.076.575,00
V.R.S.A.	VRSA Sociedade de Gestão Urbana E.M. SA	Reabilitação do Edifício da Alfândega, VRSA	2014	2014	184.500,00	150.000,00
		Reabilitação do Edifício do Balneário Público, VRSA	2013	2014	120.509,25	97.960,00
	Município de Vila Real de Santo António	Melhoria das Condições Técnicas do Centro Cultural António Aleixo	2014	2014	42.277,91	42.260,00

### 3 - Estratégia Regional para o período 2014-2020

Tem-se assistido a uma consciência mais alargada das populações sobre a importância do património cultural e da sua preservação e divulgação. Contudo, o modelo de desenvolvimento do Algarve conduziu a um afastamento dos recursos culturais e patrimoniais, e a opções que resultaram numa valorização de outras dinâmicas económicas, que pouco contribuíram para a sustentabilidade da região na sua dimensão cultural e patrimonial.

Um novo olhar sobre o património tem contribuído para novas políticas e estratégias de regeneração, reabilitação, e *refuncionalização* deste recurso, com incentivos específicos ao nível dos centros históricos, mas também em núcleos habitacionais de natureza rural (aldeias do Algarve, por exemplo). Os poderes públicos têm tido um papel fundamental que decorre das suas atribuições e competências, mas sobretudo de uma responsabilidade fundamental de salvaguarda e valorização de um bem comum.

Uma maior consciência deste património com uma riqueza endógena que pode e deve ser potenciada no *cluster* regional da cultura e do turismo, conduziu também à introdução deste eixo nas dinâmicas estratégicas da política de ordenamento do território, integrando o património natural (que em alguns locais fará todo o sentido abordar de forma integrada, como o caso do património cultural de Sagres e a sua envolvente natural).

Alguns dos maiores desafios relativos à estruturação da dimensão cultural e patrimonial para o Algarve, dizem respeito:

- à capacidade de mobilizar investimento para valorizar a visitação ao património histórico num momento em que os meios para a salvaguarda e preservação são muito reduzidos;
- à procura da convergência dos vários *stakeholders* (agentes, atores, responsáveis, acionistas...) numa resposta conjunta a uma visão estratégica partilhada para o património, as artes e a cultura;
- ao envolvimento do tecido empresarial na promoção e desenvolvimento destes recursos na região, bem como na organização de um programa de atividades e eventos catalisadores de um turismo que tenha uma forte complementaridade cultural;
- a uma participação mais ativa e envolvida da comunidade no reconhecimento e na valorização do seu território e destas suas componentes.

Assiste-se também à evidente dificuldade de integrar o património contemporâneo, a criação artística regional e as indústrias criativas, na promoção turística e nas dinâmicas de desenvolvimento territorial, o que contribui para a dificuldade de atrair e fixar talentos, e em *construir* um ambiente cultural dinâmico potenciador de inovação. Esta questão é particularmente relevante, quando as indústrias criativas e culturais, são um domínio da RIS3 Regional.

Fará sentido nalguns destes locais (infraestruturas/equipamentos identificados) promover o reforço da identidade associada a um património que tem passado despercebido e pouco valorizado, noutros procurar *refuncionalizar* poderá ser a forma da sua viabilização.

O CRESC Algarve 2020 tem vindo a possibilitar a discussão dos vários níveis da administração no território, na concertação de esforços e definição de estratégias comuns que reconheçam a mais-valia destes domínios da cultura e do património, no desenvolvimento da atividade económica e social no Algarve (nomeadamente como suporte fundamental a uma experiência territorial marcante e única).



#### **4 - Necessidades de intervenção para dar resposta à estratégia definida**

Em termos de prioridades de investimento (elegíveis no âmbito do CRESC), os vários domínios identificados pela CCDR como eixos de desenvolvimento até 2020 podem quase todos abranger investimento, com impacto direto ou indireto, no património e nos equipamentos culturais da região, na medida em que o diagnóstico destes setores identifica inúmeras carências:

- Carências ao nível de edifícios públicos e infraestruturas em termos de eficiência energética e da mobilidade urbana sustentável;
- Carências em termos de modernização administrativa e capacitação (nomeadamente ao nível dos sistemas de informação e comunicação, equipamento audiovisual e técnico, entre outros);
- e, sobretudo, grandes carências no domínio das políticas territoriais, nos seus vários domínios, integrando o património cultural e natural, a política de cidades e o combate às assimetrias regionais, sobretudo na promoção de maior coesão social em termos culturais, sobretudo nas zonas de baixa densidade.

No Distrito de Faro, com 128 imóveis **classificados de grau nacional**, foram considerados (entre setor e municípios), **45 bens a necessitar de intervenções**, independentemente do risco (mais ou menos elevado) de integridade.

**Estas intervenções têm com documento integrador o Plano Regional de Intervenções Prioritárias no Algarve para o domínio da Cultura<sup>5</sup> (PRIP Algarve).**

---

<sup>5</sup> Plano Regional de Intervenções Prioritárias (PRIP Algarve) é elaborado anualmente pela Direção Regional de Cultura do Algarve (DRC Algarve) e inclui o levantamento do património em risco na região e as correspondentes propostas de intervenção anual e plurianual, o que desde logo permite estabelecer prioridades regionais e definir investimentos e prazos de intervenção. A metodologia utilizada na elaboração anual deste instrumento de gestão cultural estratégico para a região, tem privilegiado um diálogo com os Municípios e constitui-se como um documento aberto, periodicamente atualizado, facilitando uma atuação regional concertada.

Do universo de todos os imóveis classificados ou em vias de classificação de importância nacional, temos a seguinte percentagem das categorias propostas para intervenção:

<b>Distrito de Faro</b>			<b>% das categorias propostas</b>
<b>Categoria</b>	<b>n.º/total</b>	<b>n.º/PRIP Algarve.</b>	
Monumento Nacional	26	15	57
Interesse Público	135	29	22
Em vias de classificação	15	1	7
<b>Total</b>	<b>176</b>	<b>45</b>	<b>25,6</b>

Do levantamento realizado assinalam-se vários bens culturais que necessitam de intervenção urgente, de risco de grau 1, como é o caso do Cerro do Castelo de Santa Justa, em Alcoutim, das Ruínas Romanas de Milreu, em Faro (designadamente dos mosaicos integrados no templo e na villa), da Igreja de Santo António, em Lagos (nomeadamente do revestimento com pintura mural da abóbada), da Atalaia quinhentista de Bias, em Olhão, da igreja e convento de Nossa Senhora da Esperança, em Portimão, dos Monumentos Megalíticos de Alcalar, em Portimão (nomeadamente das estruturas escavadas no povoado calcolítico), do Forte de São Luís de Almádena e do sítio romano da Boca do Rio, em Vila do Bispo (em progressiva destruição pela ação conjugada das marés e das águas pluviais). Outras intervenções de grau 1 correspondem a tramos de muralhas, na Fortaleza de Faro, nas muralhas e torreões de Lagos, nas muralhas da Almedina de Silves e nas muralhas do castelo de Tavira. Algumas destas obras requerem a participação de privados, pois há monumentos, ou áreas deles, que são propriedade privada, ou afetas a autarquias, e ainda a diversos organismos do Estado, o que, em parte, poderá dificultar as intervenções.

Estas 45 intervenções prioritárias identificadas têm titularidades bastante distintas:

<b>Propriedade dos imóveis</b>	
Estado (administração central /municipal)	27
Confissões Religiosas/Igreja Católica	9
Privado	9
<b>Total</b>	<b>45</b>

Destes imóveis propostos para intervenções prioritárias, 18 são de privados e da igreja, pelo que poderá antever-se a necessidade de recorrer a linhas de crédito e benefícios fiscais, de forma a incentivar-se a preservação e manutenção dos imóveis e a evitar-se a perda ou a ruína desse património cultural, essencial à nossa identidade como País e como Região.

Há, também, quatro situações assinaladas para aquisição – Cerro do Castelo de Santa Justa, em Alcoutim, 'ribat' da Arrifana, em Aljezur, Convento de São Francisco, em Portimão, e prédio confinante com um tramo das muralhas de Portimão – por se entender que a eficácia da sua preservação e a desejável intervenção de conservação e restauro e correspondente requalificação posterior só serão viáveis com a posse destes monumentos pelo Estado ou pelas Autarquias.

Da gestão do PRIP Algarve, sabemos que nos próximos anos, cerca de 1/3 dos imóveis classificados irão carecer de intervenção indispensável à manutenção da sua integridade (sem que isso signifique necessariamente condição de elegibilidade ao POR).

Para as diversas ações elencadas no Plano os critérios temporais de prioridade de intervenção estabelecidos foram os seguintes:

<b>Critérios temporais de necessidade de intervenção</b>		
1	Intervenção eminente	imediate
2	Intervenção a curto prazo	1 ano
3	Intervenção a médio prazo	2 ou + anos

Considerando apenas as estimativas orçamentais para a intervenção em monumentos classificados de âmbito nacional, o investimento em ações imediatas e a curto prazo, necessárias para a Região, é de cerca de **5M €**.

Esse investimento será destinado a diagnósticos e intervenções de consolidação e de conservação e restauro prioritárias (associados à valorização e qualificação dos recursos). No plano consideram-se também as intervenções a médio prazo de requalificação dos imóveis, necessárias para garantir a sua integridade e condições de visita, exigindo um investimento no montante de cerca de **11.5 M €**.

Fora do Plano – por não corresponderem a situações de risco – ficam as intervenções de estudo e valorização dos bens culturais imóveis da região, igualmente necessárias, para aumentar a sua atratividade e o grau de visitação turístico-cultural com intervenções estimadas acima dos **50 M €**.

Este volume de investimento, é claramente superior à capacidade de intervenção dos orçamentos próprios da Cultura e dos municípios nestes domínios e é desproporcional às disponibilidades de financiamento comunitário para estas intervenções no POR.

Neste sentido, torna-se indefensável encontrar um racional consensual entre Municípios (território de implementação dos recursos culturais e patrimoniais), as preocupações do setor (com responsabilidade de implementação da política pública) e as dimensões estratégicas definidas pela região no processo de preparação do Programa Regional.

## **5 - Critérios de definição de prioridades por grandes áreas**

### **5.1 - Metodologia**

Na avaliação do risco dos bens culturais imóveis e na definição de prioridades de intervenção, municipal e regional, privilegiou-se a vertente de salvaguarda relativamente aos aspetos da valorização, e atualizaram-se os critérios utilizados nas sucessivas versões anuais do PRIP Algarve, estabelecendo três ordens de indicadores de avaliação de risco, de índole patrimonial, socioeconómico e material:

#### **Patrimonial**

- Grau de classificação
- Valor emblemático (significado sociocultural/capacidade de mobilizar procura)

#### **Socioeconómico**

- Sustentabilidade da obra
- Serviços integrados: administração central; administração local; terceiro setor (entidades culturais, IPSS, outras ONG)
- Proprietário: público (administração central/administração local); privado

#### **Material**

- Risco estrutural envolvendo pessoas
- Risco estrutural não envolvendo pessoas
- Estruturas arqueológicas a descoberto
- Risco estrutural decorrente da instabilidade das arribas / da alteração da costa
- Riscos derivados envolvendo pessoas (acessibilidade, restrições de visita)

Conjugando as três ordens de critérios de prioridade – patrimonial, socioeconómico e material –, estabeleceu-se um Plano de Intervenções Prioritárias no domínio da conservação, salvaguarda e requalificação do património para o ano imediato (2015) e delineou-se, uma aproximação ao horizonte temporal do Quadro Estratégico Comum Europeu 2014-2020.

Avaliado o tipo de intervenção a realizar em cada um dos monumentos, identificam-se, em cada município, as intervenções consideradas prioritárias, e nalguns casos urgentes, face à importância que o imóvel tem no tecido socioeconómico e cultural da região.

Na avaliação de risco, decorrente do estado de conservação do imóvel e, nalguns casos, do respetivo património integrado, este foi pontuado de 1 a 4 [1 iminente; 2 curto prazo; 3 médio prazo; 4 não existe], sendo incluídas apenas as fichas do património com avaliação de risco de 1 a 3. Uma particular atenção é dada à necessidade de realizar intervenções em imóveis ameaçados pela instabilidade das arribas e pelo recuo da linha de costa, apurando-se um conjunto de 10 imóveis em risco, classificados de âmbito nacional.

A recolha de dados no terreno baseou-se num formulário / ficha de imóvel tendo por objetivo a verificação dos aspetos construtivos – a estrutura, as fachadas e a cobertura –, as partes complementares – pavimentos, paredes, tetos, vãos, escadas, serralharias –, as infraestruturas e o património integrado, a avaliação do risco e a caracterização sumária do tipo de intervenção. Em muitos casos as autarquias não consideraram o risco como prioridade de intervenção, privilegiando o levantamento fotográfico e o levantamento arquitetónico do imóvel, o estudo arqueológico, o estudo de diagnóstico e projeto de intervenção/valorização, ou mesmo obras de manutenção.

## ***5.2. Intervenções em equipamentos culturais e de valorização do património***

Os projetos são avaliados de acordo com os seguintes critérios de seleção:

- A adequação à estratégia (pela avaliação do contributo da operação para as estratégias da política (nacional, regional ou local));
- A abordagem integrada, avaliando-se neste último caso, o efeito aglutinador e complementar que as ações a aprovar podem gerar, quer em termos das sinergias geradas, quer pela abrangência territorial.
- A qualidade da proposta de programação cultural ao nível da eficiência e sustentabilidade, que seria apurada a partir de um conjunto de itens:
  - A data em que se realiza o evento (época intermédia e baixa mais valorizadas);
  - A integração de vários municípios na proposta candidata;
  - A capacidade para gerar efeitos multiplicadores partir da proposta;
  - A integração de programação para zonas de baixa densidade populacional;
  - A valorização de propostas que tenham a ver com a história regional e local, e as suas raízes e que envolvam grupos da região.

- O contributo para a criação de novos públicos, dependente da capacidade de criação e desenvolvimento pelas entidades da administração pública/ensino regional de um instrumento de avaliação.

### **5.3. Apoios à Ação Cultural**

Em consonância com o atrás exposto, existem ainda critérios prioritários de avaliação comuns a todas as Áreas de Apoio da ação cultural, nomeadamente:

- Combate à exclusão social e à desertificação do interior do Algarve;
- Educação para a cultura e para as artes (incluindo artes e ofícios tradicionais);
- Valorização do património imaterial do Algarve e Preservação das tradições, memórias e identidade;
- Revitalização de núcleos e centros históricos;
- Inovação cultural, projetos multidisciplinares, multiculturais, trabalho em rede e parcerias.

## **6 - Definição de Prioridades de intervenção**

Para a definição de prioridades (enquadráveis no âmbito da elegibilidade do POR/CRESC Algarve), foram tidas em conta as **dimensões patrimoniais (classificação e valor emblemático) e do risco** e procurou-se encontrar com base na metodologia definida, hierarquizar um conjunto de intervenções com base nas necessidades identificadas pelo setor e pelos municípios.

Este exercício teve como referência o PRIP Algarve, na sua versão mais atual (referente ao estado do património em risco em 2014) e a validação da CIM.

Face às restrições de meios, definem-se dois níveis de intervenção:

- Intervenções prioritárias no âmbito dos bens culturais imóveis classificados ou em vias de classificação de **âmbito nacional**
- Outras intervenções estratégicas (de âmbito municipal ou regional)

### **6.1. Definição de prioridades no âmbito dos bens culturais imóveis classificados ou em vias de classificação de âmbito nacional**

A escolha do foco no património classificado de âmbito nacional, procura garantir elementos de referência na região, que tenham a capacidade de reforçar a identidade da região e o seu património histórico e cultural e de se posicionar como recursos mobilizadores da competitividade e da experiência territorial na região.

Assim, identificaram-se os bens culturais imóveis em risco e propôs-se um elenco de Intervenções em Património Classificado de Âmbito Nacional, localizados no Algarve, para o período 2015-2020.

Neste contexto, consideraram-se apenas os bens culturais imóveis classificados ou em vias de classificação de **âmbito nacional**.

Para o CRESC Algarve, a definição do grau de prioridade de intervenção no Património em Risco foi estabelecida com base nos seguintes critérios temporais de prioridade:

- Prioridade 1 - Intervenção eminente/imediata – e intervenção a curto prazo - 1 ano.
- Prioridade 2 - Intervenção a médio prazo - 2 ou + anos

De acordo com o PRIP Algarve, na sua versão mais atual, considerando apenas as estimativas orçamentais para a intervenção em monumentos classificados de âmbito nacional, o investimento em ações imediatas e a curto prazo, necessárias para a Região, são de cerca de **5M €**.

No entanto e do cruzamento das intervenções urgentes do setor, com as antevistas pelos Municípios, em consonância com o critério de elegibilidade do CRESC Algarve 2020, a previsão total do custo de intervenção é de cerca de **2.5 M€**.



## 6.2. Definição de prioridades para outras intervenções estratégicas

A definição de prioridades para as intervenções estratégicas, incidem sobre intervenções em infraestruturas existentes (classificadas) e apostas em equipamentos não classificados ou em novas intervenções (que detêm neste momento um nível de maturidade muito diferenciado).

Estas intervenções identificadas sobretudo pelos municípios podem assumir-se como focos de novas procuras e este fator deve orientar as prioridades para eventual apoio. São consideradas condições de prioridades:

- As intervenções quando inseridas em intervenções integradas de regeneração/reabilitação urbana;
- As intervenções que reforcem redes estruturadas de recursos culturais ou patrimoniais;
- A oferta de novos conteúdos ou de oferta ancora, com capacidade para atrair públicos a novos territórios, preferencialmente com capacidade de arrastamento da dinâmica em territórios de baixa densidade;

Nem todas as intervenções identificadas, pelo grau de maturidade de alguns projetos têm ainda um valor definido. Dos valores previsíveis nos casos identificados existem necessidades que superam os **40 M €**, que ficam claramente acima dos recursos disponíveis, pelo que neste contexto, não é possível assegurar financiamento para o conjunto das intervenções.

## 7 - Conclusão

No domínio da dimensão cultural e patrimonial para o Algarve, os desafios dizem respeito à capacidade de mobilizar investimento para valorizar os recursos existentes, tendo como principal objetivo a reafirmação da identidade, a valorização do contexto territorial e a afirmação do património e da cultura como fator de coesão e de competitividade, elementos essenciais para a qualidade da experiência no território e para a afirmação da identidade de uma região.

Naturalmente que esta afirmação de identidade cultural e histórica, só se atinge através da requalificação, conservação e valorização dos recursos culturais e patrimoniais, tornando-os mais próximos, mais acessíveis e mais capazes de responder a novas ou mais exigentes procuras.

Para esta visão integrada, importa garantir a convergência de *stakeholders* numa visão estratégica partilhada, o envolvimento do tecido empresarial na promoção e desenvolvimento destes recursos na região, e a uma participação mais ativa da comunidade no reconhecimento e na valorização do património no seu território.

Na definição de prioridades de intervenção, municipal e regional, privilegiou-se a vertente de salvaguarda (associada aos aspetos da valorização), estabelecendo-se três ordens de indicadores de avaliação de risco, de índole patrimonial, socioeconómico e material, que permitiram estabelecer um Plano de Intervenções Prioritárias no domínio da conservação, salvaguarda e requalificação do património para o ano imediato (2015) e delinear uma aproximação ao horizonte temporal do Quadro Estratégico Comum Europeu 2014-2020.

As intervenções urgentes, e por isso prioritárias apontadas, encontram-se em consonância com o critério nuclear do CRESC Algarve 2020, pois a qualificação da oferta cultural e patrimonial está diretamente associada à competitividade, já que contribuirá certamente para aumentar o número de visitantes do património histórico e cultural do Algarve, com todas as sinergias potenciadoras de um desenvolvimento económico sustentável.